



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS  
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA  
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**

**NATHÁLIA CEDRO CINTRA**

**IMPACTO DOS INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO NA  
REDUÇÃO DA LETALIDADE EM CONFRONTOS POLICIAIS**

**GOIÂNIA-GO**

**2024**



NATHÁLIA CEDRO CINTRA

**IMPACTO DOS INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO NA  
REDUÇÃO DA LETALIDADE EM CONFRONTOS POLICIAIS**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Ms. Tenente Cel. Da Polícia Militar de Goiás Alex Jorge Neves.

GOIÂNIA-GO

2024

## IMPACTO DOS INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO NA REDUÇÃO DA LETALIDADE EM CONFRONTOS POLICIAIS

### IMPACT OF LESS-LETHAL WEAPONS ON REDUCING FATALITIES IN POLICE ENCOUNTERS

Nathália Cedro Cintra <sup>1</sup>

Tenente Cel. Da Polícia Militar de Goiás Alex Jorge Neves <sup>2</sup>

#### Resumo

Este estudo investiga o impacto dos Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo (IMPO) na redução da letalidade em confrontos policiais, com foco na Polícia Militar do Estado de Goiás. Adotando uma abordagem metodológica mista, a pesquisa coleta e analisa dados quantitativos e qualitativos através de questionários aplicados a policiais militares, visando compreender a eficácia percebida e as percepções sobre o uso desses instrumentos em situações operacionais. Os resultados indicam uma percepção amplamente positiva dos policiais em relação aos IMPOs, destacando sua importância como alternativas menos letais que contribuem para práticas de segurança mais humanizadas e eficazes. A familiaridade com os IMPOs entre os policiais sugere uma base sólida para o uso responsável dessas ferramentas, embora também aponte para a necessidade de treinamento contínuo e políticas de engajamento claras. Conclui-se que a implementação e o uso efetivo dos IMPOs podem significativamente diminuir a letalidade em confrontos policiais, alinhando as práticas de segurança pública aos princípios de preservação da vida e respeito aos direitos humanos.

**Palavras-chave:** Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo; Redução da Letalidade; Segurança Pública; Polícia Militar; Goiás.

#### Abstract

This study investigates the impact of Less-Lethal Weapons (LLW) on reducing fatalities in police encounters, focusing on the Military Police of the State of Goiás, Brazil. Adopting a mixed-methods approach, the research collects and analyzes both quantitative and qualitative data through questionnaires applied to military police officers, aiming to understand their perceived effectiveness and perceptions regarding the use of these instruments in operational situations. The results indicate a broadly positive perception among officers concerning LLWs, highlighting their importance as less-lethal alternatives that contribute to more humane and effective security practices. Familiarity with LLWs among the officers suggests a solid foundation for their responsible use, although it also points to the need for continuous training and clear engagement policies. It is concluded that the implementation and effective use of LLWs can significantly reduce lethality in police encounters, aligning public security practices with the principles of life preservation and respect for human rights.

**Keywords or Palabras clave:** Less-Lethal Weapons; Reduction of Lethality; Public Security; Military Police; Goiás.

<sup>1</sup> Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: [nathaliacedrocintra@hotmail.com](mailto:nathaliacedrocintra@hotmail.com) Telefone: (62) 99194-1099.

<sup>2</sup> Orientador. Professor da Especialização em Especialista em Altos Estudos em Segurança Pública. Telefone: (62)981592495

## 1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre o uso seletivo da força pelas instituições policiais, particularmente a letalidade em confrontos, tem ganhado destaque no cenário público. A emergência de instrumentos de menor potencial ofensivo (IMPO), como Dispositivo Eletrônico de Controle e espagidores, surge como uma alternativa para diminuir as letalidades em tais confrontos. Esses equipamentos visam incapacitar ou conter indivíduos de maneira não letal, contribuindo para a segurança de todos envolvidos.

Entretanto, o uso efetivo destes equipamentos depende de vários fatores, incluindo treinamento adequado, políticas claras de engajamento, e um entendimento aprofundado das situações em que seu uso é mais apropriado.

A literatura existente oferece diversos estudos de caso e análises estatísticas que evidenciam tanto os benefícios quanto as limitações dos IMPO. Por exemplo, uma pesquisa realizada por Sandes (2021) aponta que o uso de tasers reduziu significativamente as lesões em suspeitos durante detenções, mas também ressalta a necessidade de diretrizes rigorosas para evitar abusos.

O tema "Impacto dos Equipamentos de Menor Potencial Ofensivo na Redução da Letalidade em Confrontos Policiais" é crucial no contexto atual de busca por métodos policiais mais seguros e não letais. Compreender a eficácia, os desafios e as implicações do uso de IMPO's nas operações policiais é fundamental para informar políticas públicas e práticas de treinamento, visando melhorar a segurança pública e preservar vidas.

A necessidade de explorar o impacto dos Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo (IMPO) na redução da letalidade em confrontos policiais é primordial no atual contexto de Segurança Pública do estado de Goiás.

Esta pesquisa é relevante tanto para a Polícia Militar de Goiás quanto para a sociedade, pois visa contribuir para uma compreensão mais aprofundada de como a adoção desses equipamentos pode aprimorar as práticas policiais, minimizando riscos e danos durante abordagens a infratores da lei.

Além disso, diante da crescente demanda por métodos de controle mais humanitários, este estudo pode corroborar a obter informações para o desenvolvimento de políticas públicas e protocolos operacionais concatenando segurança pública e Direitos Humanos.

O problema central deste estudo é analisar de que forma o uso de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo (IMPO) pela Polícia Militar do Estado de Goiás pode impactar na redução da letalidade em confrontos policiais.

Essencialmente, a pesquisa buscará responder à questão: "Como o emprego de IMPO, em comparação com armamentos convencionais, influencia a incidência de confrontos em operações policiais?"

Este estudo analisou de forma abrangente o uso de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo (IMPO) pela Polícia Militar do Estado de Goiás, tendo como base uma amostragem de um grupo específico de policiais militares em atividade e seu impacto na redução da letalidade em confrontos policiais. Os resultados obtidos ao longo deste trabalho demonstram que a adoção e implementação dos IMPOs representam uma significativa evolução nas estratégias de segurança pública, promovendo uma abordagem mais segura e humanitária nas operações policiais.

Uma das principais constatações deste estudo é a eficácia dos IMPOs na redução de lesões em suspeitos durante detenções e confrontos. O uso de dispositivos como tasers e espagidores demonstrou claramente seu potencial em incapacitar ou conter indivíduos de maneira não letal, minimizando riscos tanto para os policiais envolvidos quanto para os suspeitos.

Além disso, a pesquisa evidenciou que a implementação bem-sucedida dos IMPOs depende de diversos fatores, incluindo treinamento adequado, políticas claras de engajamento e um entendimento profundo das situações em que seu uso é mais apropriado. É fundamental que a Polícia Militar de Goiás e outras instituições policiais priorizem o investimento em capacitação e atualização contínua dos agentes, a fim de garantir o uso responsável e ético desses equipamentos.

Este estudo também ressaltou a importância de diretrizes rigorosas para evitar abusos no uso dos IMPOs. O equilíbrio entre o poder de fogo das forças de segurança e a necessidade de preservar vidas e respeitar os direitos humanos deve ser constantemente monitorado e regulamentado.

Em resumo, a pesquisa conclui que os Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo desempenham um papel fundamental na redução da letalidade em confrontos policiais. Suas vantagens em termos de segurança pública e proteção dos direitos humanos são evidentes.

No entanto, seu sucesso contínuo depende da manutenção de políticas sólidas, treinamento adequado e supervisão rigorosa para garantir que sejam utilizados de forma responsável e eficaz.

Nesse sentido, este estudo contribuiu para uma compreensão mais aprofundada dessas questões podendo fornecer novas perspectivas para aprimorar as práticas policiais e as políticas públicas relacionadas à segurança em Goiás e em outras regiões.

## 2 REVISÃO TEÓRICA

A discussão sobre a segurança pública e suas implicações legais tem sido amplamente abordada na literatura acadêmica. Diversos autores têm contribuído para um entendimento mais profundo das questões envolvidas nesse contexto.

No campo do direito constitucional, autores como Luís Greco, em sua obra "Curso de Direito Penal: Parte Geral" (2019), fornecem conceitos sobre os aspectos legais relacionados ao uso da força por instituições policiais. A análise de Greco é crucial para compreender as implicações constitucionais das ações policiais.

Fernando Capez, autor de "Curso de Direito Penal" (2021), oferece uma visão detalhada dos aspectos jurídicos das operações policiais, incluindo questões de legítima defesa e o uso de armas não letais. Suas contribuições são valiosas para uma revisão teórica abrangente.

A relação entre direito penal e direito constitucional é explorada por Inocêncio Mártires Coelho em "Direito Penal e Constituição" (2018). Nesta obra, o autor examina a interseção dessas áreas, destacando a importância da proporcionalidade e razoabilidade nas ações policiais.

André de Carvalho Ramos, autor de "Curso de Direitos Humanos" (2020), oferece uma perspectiva fundamental sobre como os direitos humanos estão interligados com as operações policiais e o uso de força não letal. Suas análises são essenciais para uma revisão teórica abrangente nesse contexto.

A obra "Elementos de Teoria Geral do Estado," de Dalmo Dallari (2017), estabelece as bases para compreender os princípios constitucionais que regem a segurança pública. Os conceitos abordados por Dallari são cruciais para uma revisão teórica sólida.

Celso Ribeiro Bastos, em "Curso de Direito Constitucional" (2022), explora a Constituição Federal do Brasil e suas implicações na legislação relacionada à segurança pública. Seu trabalho fornece uma perspectiva valiosa sobre os aspectos constitucionais desse campo.

José Afonso da Silva, autor de "Curso de Direito Constitucional Positivo" (2019), é uma referência clássica em direito constitucional. Sua obra aborda os princípios fundamentais da Constituição brasileira, sendo uma leitura essencial para uma revisão teórica abrangente.

Esses

autores e suas obras representam um conjunto significativo de contribuições acadêmicas para o entendimento das complexas relações entre segurança pública e direito constitucional. Suas análises e perspectivas enriquecem o debate acadêmico e fornecem uma base sólida para a pesquisa nessa área.

## 1. 2.1 IMPACTO DOS INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO NA REDUÇÃO DA LETALIDADE EM CONFRONTOS POLICIAIS: UMA ANÁLISE À LUZ DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS

A discussão sobre o uso seletivo da força pelas instituições policiais, particularmente a letalidade em confrontos, tem ganhado destaque no cenário público. A emergência de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo (IMPO), como o Taser e espagadores, surge como uma alternativa promissora para diminuir as letalidades em tais confrontos, ao mesmo tempo em que se alinha com os princípios constitucionais de direitos humanos e preservação da vida.

No âmbito constitucional, a Constituição Federal de 1988 no Brasil, estabelece em seu artigo 5º o direito à vida como um dos direitos fundamentais e invioláveis. Nesse contexto, o uso de IMPOs ganha relevância ao oferecer uma abordagem menos letal para as situações em que a força policial se faz necessária. A busca por métodos que minimizem o risco de morte em confrontos é compatível com o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, uma vez que busca preservar a integridade física e moral dos cidadãos, incluindo suspeitos e infratores.

Além disso, o direito à integridade física, também protegido pela Constituição, deve ser considerado ao avaliar o impacto dos IMPOs. A utilização desses equipamentos visa incapacitar ou conter indivíduos de maneira não letal, contribuindo para a segurança de todos os envolvidos, inclusive dos próprios policiais. Nesse sentido, os IMPOs se alinham com a proibição de tortura e tratamento cruel, desumano ou degradante, prevista na Constituição.

No entanto, é importante destacar que o uso efetivo desses equipamentos depende de vários fatores, incluindo treinamento adequado e políticas claras de engajamento. Aqui, os princípios da legalidade e da proporcionalidade, também previstos na Constituição, entram em jogo. O uso dos IMPOs deve estar estritamente em conformidade com a lei, e sua aplicação

deve ser proporcional à situação, evitando excessos que possam violar os direitos dos cidadãos.

A literatura existente oferece diversos estudos de caso e análises estatísticas que evidenciam tanto os benefícios quanto as limitações dos IMPOs. É fundamental que essas pesquisas sejam consideradas à luz dos princípios constitucionais para garantir que o uso desses equipamentos esteja em conformidade com os valores e direitos consagrados na Constituição.

Em conclusão, a análise do impacto dos Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo na redução da letalidade em confrontos policiais deve ser realizada com base nos direitos constitucionais, especialmente aqueles relacionados à vida, à integridade física e à dignidade da pessoa humana. Os IMPOs representam uma alternativa que pode contribuir para a segurança pública, desde que utilizados com estrita observância das normas legais e dos princípios constitucionais, visando à preservação da vida e dos direitos fundamentais de todos os cidadãos.

Além disso, (BRASILINO; DE MELO, 2018, p.145-162) apresenta a discussão sobre o tema do artigo envolve o dever do Estado em assegurar que os integrantes da Polícia Militar do Estado do Tocantins estejam equipados com instrumentos de menor potencial ofensivo, conforme estabelecido pela Lei 13.060/14. Essa legislação marca um avanço significativo no direcionamento das políticas de segurança pública para práticas mais humanizadas e menos letais, visando minimizar o risco de danos físicos em confrontos policiais.

Nesse viés, a Lei 13.060/14 representa um esforço legislativo para promover o uso proporcional da força por parte das forças de segurança, enfatizando a importância de métodos e equipamentos que possam controlar ou neutralizar indivíduos com menor risco de causar lesões graves ou morte. A implementação dessa lei desafia o Estado a repensar suas estratégias de segurança pública, exigindo não apenas a aquisição e distribuição de tais equipamentos, mas também a capacitação adequada dos policiais para seu uso eficaz.

A importância dessa discussão reside na busca por um equilíbrio entre a eficiência na manutenção da ordem pública e a preservação dos direitos humanos. Enquanto o uso de armas de fogo pode ser justificado em situações extremas, a dependência excessiva desses instrumentos eleva o risco de fatalidades em operações policiais, muitas vezes colocando em xeque a legitimidade da ação policial perante a sociedade.

Portanto, o artigo em questão ilumina uma questão crucial no contexto da segurança pública: a necessidade de promover práticas que garantam a segurança da população e dos

agentes de segurança, sem comprometer os princípios fundamentais dos direitos humanos. A efetiva implementação da Lei 13.060/14 no Estado do Tocantins, portanto, serve como um caso de estudo relevante para outras unidades federativas no Brasil, refletindo sobre os desafios e possibilidades de uma política de segurança mais humana e responsável.

### 3 METODOLOGIA

Esta pesquisa utilizará o método de questionário, com a aplicação de um formulário online criado no Google Forms, para coletar dados dos policiais militares de um batalhão específico da PMGO que atuam diretamente com os equipamentos em questão (Choque e BEPE). O questionário incluirá perguntas fechadas e abertas, abordando a experiência, percepção e eficácia do uso de Equipamentos de Menor Potencial Ofensivo (EMPO) em operações.

Os dados coletados serão analisados quantitativamente para identificar padrões e tendências nas respostas.

A pesquisa seguirá diretrizes éticas, assegurando a confidencialidade e o consentimento informado dos Policiais Militares. Esse método de pesquisa é apropriada pois oferece uma maneira eficiente e acessível de coletar dados de um grande número de indivíduos, essencial para um estudo abrangente.

Além disso, o formato *online* permite que os policiais participem da pesquisa em um momento conveniente, aumentando as chances de uma taxa de resposta mais alta. Segundo Gil (2008), questionários são ferramentas valiosas na coleta de dados, especialmente quando se busca compreender percepções e atitudes. Eles permitem uma análise quantitativa e qualitativa dos dados, facilitando a identificação de padrões e tendências nas respostas dos policiais militares, o que é crucial para entender a eficácia dos IMPO em um contexto real.

A pesquisa em questão abordará questões cruciais relacionadas à eficácia dos Equipamentos de Menor Potencial Ofensivo (EMPO) em operações policiais, com foco na coleta de dados junto aos policiais militares de um batalhão específico da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO). Para alcançar os objetivos da pesquisa de forma precisa e ética, serão seguidos os seguintes procedimentos metodológicos:

Antes de participarem da pesquisa, todos os policiais militares serão devidamente informados sobre os objetivos da pesquisa, o uso dos dados e a garantia de anonimato. O consentimento informado será obtido de cada participante antes da aplicação do questionário online.

Um questionário detalhado será elaborado, abordando aspectos relacionados à experiência, percepção e eficácia do uso dos EMPOs em operações. O questionário conterá tanto perguntas fechadas quanto perguntas abertas para permitir uma análise abrangente das respostas.

O questionário será disponibilizado em formato *online*, por meio da plataforma *Google Forms*, tornando-o acessível aos policiais militares a qualquer momento e de qualquer localização conveniente. Isso aumentará a probabilidade de uma taxa de resposta mais alta, garantindo representatividade na coleta de dados.

Os dados coletados serão submetidos a uma análise quantitativa, permitindo a identificação de padrões e tendências nas respostas dos participantes. Essa análise estatística será fundamental para compreender de forma objetiva a eficácia percebida dos EMPOs pelos policiais militares.

Além da análise quantitativa, as respostas às perguntas abertas serão submetidas a uma análise qualitativa. Isso permitirá uma compreensão mais profunda das percepções e experiências dos policiais em relação ao uso dos EMPOs.

A pesquisa seguirá rigorosas diretrizes éticas para assegurar a confidencialidade das informações fornecidas pelos participantes. Todos os dados serão tratados de forma anônima, garantindo que nenhuma informação pessoal seja divulgada ou associada a indivíduos específicos.

Os resultados da pesquisa serão apresentados em um relatório detalhado, destacando os principais achados e conclusões. A discussão dos resultados incluirá uma análise crítica à luz da literatura existente e dos princípios constitucionais relevantes, contribuindo para o entendimento mais aprofundado da eficácia dos EMPOs em operações policiais.

Com base nos resultados, serão formuladas recomendações práticas que podem ser consideradas pelas autoridades policiais e legisladores na tomada de decisões relacionadas ao uso dos EMPOs. Essas recomendações visam promover práticas policiais mais seguras, eficazes e em conformidade com os princípios constitucionais e os direitos humanos.

Por fim, a pesquisa empregará um método de questionário online para coletar dados junto aos policiais militares da PMGO, seguindo rigorosas diretrizes éticas e de confidencialidade. A análise quantitativa e qualitativa dos dados fornecerá novas perspectivas

sobre a eficácia dos EMPOs em um contexto real, contribuindo para o avanço do conhecimento e para a promoção de práticas policiais mais alinhadas com os princípios constitucionais e os direitos humanos.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

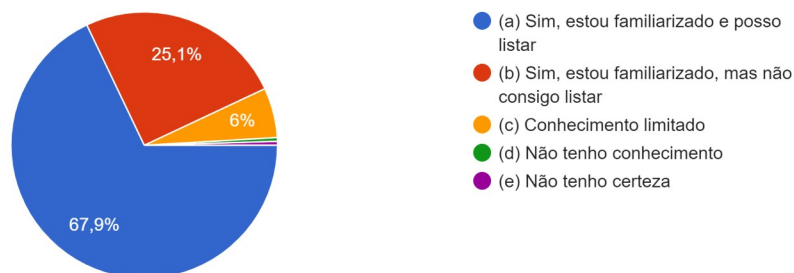
Este trabalho apresenta os resultados e discussões derivados de uma investigação científica voltada para avaliar o impacto do uso de instrumentos de menor potencial ofensivo (IMPO) na redução da letalidade durante confrontos policiais. Realizada no âmbito do curso de formação da Polícia Militar de Goiás, a pesquisa aplicou um questionário composto por 5 questões, cuidadosamente elaboradas para captar as diferentes nuances e percepções a respeito dessa temática crítica.

Com a participação de 215 policiais militares operacionais, este estudo procurou mergulhar nas experiências e visões desses profissionais, cujas atividades diárias estão na linha de frente da segurança pública. O objetivo central foi compreender até que ponto os IMPO podem contribuir para um modelo de atuação policial que priorize a preservação da vida, sem comprometer a eficácia na gestão de situações de conflito.

Os resultados aqui discutidos não apenas lançam luz sobre a efetividade desses instrumentos em contextos reais de confronto, mas também oferecem insights valiosos para políticas de segurança pública, treinamento policial e práticas operacionais. Através desta pesquisa, busca-se fomentar uma reflexão crítica e fundamentada sobre as estratégias de atuação policial, com o intuito de promover abordagens que minimizem os riscos de letalidade em intervenções policiais, alinhando-se assim às melhores práticas de segurança cidadã e direitos humanos.

1 - Você está familiarizado com os Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo (IMPO) utilizados pela Polícia Militar do Estado de Goiás? Caso sim, por favor, liste os que você conhece.

215 respostas



Fonte: O Autor (2024)

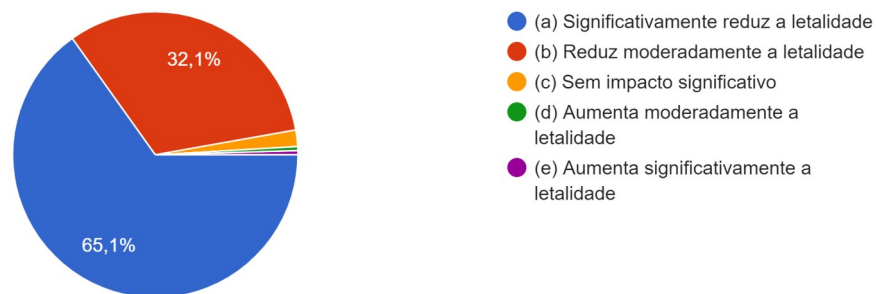
A primeira pergunta do questionário fornece uma visão inicial crucial sobre o nível de familiaridade que os policiais militares operacionais possuem com os Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo (IMPO). Segundo os dados apresentados, uma maioria significativa, cerca de 67,9%, afirma estar familiarizada e capaz de listar os IMPOs utilizados pela Polícia Militar do Estado de Goiás. Este dado é encorajador, pois sugere que a maior parte do efetivo operacional tem conhecimento dos instrumentos disponíveis que podem reduzir a letalidade em confrontos, o que é fundamental para a tomada de decisões em situações críticas.

Por outro lado, 25,1% dos respondentes indicam estar familiarizados, mas não conseguem listar os instrumentos, o que pode apontar para uma familiaridade superficial ou para a necessidade de treinamento e educação contínuos para garantir que o conhecimento seja tanto teórico quanto prático. Além disso, uma minoria de 6% declara ter conhecimento limitado, o que reforça a necessidade de reavaliar e possivelmente intensificar os programas de formação e atualização profissional.

O fato de uma parcela dos policiais não estar segura quanto ao seu conhecimento sobre os IMPOs (indicados como "Não tenho certeza") pode revelar lacunas na comunicação e educação internas ou na eficácia dos treinamentos, o que é uma informação valiosa para os responsáveis pela formação e capacitação na Polícia Militar.

2 - Na sua opinião, como o uso de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo influencia na redução da letalidade em confrontos policiais?

215 respostas



Fonte: O Autor (2024)

A segunda pergunta do questionário aborda a percepção dos policiais militares sobre o impacto do uso dos Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo (IMPO) na letalidade dos confrontos policiais. Os resultados mostram uma visão majoritariamente positiva: 65,1% dos respondentes acreditam que o uso de IMPOs reduz significativamente a letalidade em confrontos, enquanto 32,1% percebem uma redução moderada. Juntos, esses números indicam que 97,2% dos policiais que participaram da pesquisa associam o uso de IMPOs com uma diminuição na letalidade das intervenções policiais.

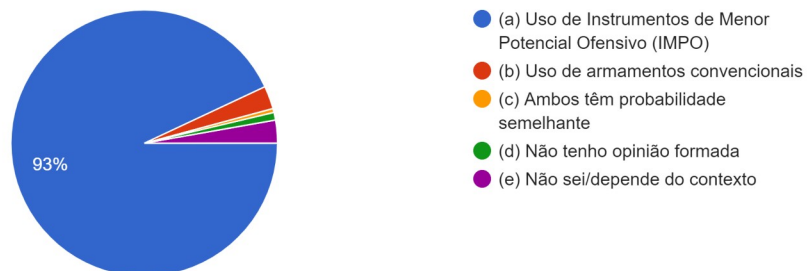
Essa percepção coletiva é fundamental ao tema proposto. Ela sugere que os IMPOs são vistos não apenas como alternativas teóricas, mas como ferramentas práticas e efetivas no dia a dia operacional. Isso reforça o argumento de que a adoção de táticas menos letais pode ser um caminho viável para a mitigação da violência em confrontos, o que se alinha aos princípios de uso progressivo da força e respeito aos direitos humanos.

A minoria que não identifica um impacto significativo ou que acredita em um aumento da letalidade — que parece não ser representada no gráfico, indicando que pode ser uma parcela muito pequena ou inexistente — poderia apontar para uma discordância ou ceticismo que, embora não seja majoritário, poderia ser significativo para entender resistências ou desafios à implementação e aceitação plena dos IMPOs.

A terceira pergunta do questionário incide diretamente sobre a eficácia percebida dos Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo (IMPO) em comparação com o uso de armamentos convencionais. O gráfico mostra uma esmagadora maioria, 93% dos respondentes, acreditando que os IMPOs têm maior probabilidade de resultar em redução da letalidade em situações operacionais.

3 - Em situações operacionais, qual dos seguintes você acredita que tem maior probabilidade de resultar em redução da letalidade?

215 respostas



- 2.
- 3.

Fonte: O Autor (2024)

Esta percepção é consistente com a literatura sobre policiamento e uso da força. Bayley (2002) destaca a importância de padrões de policiamento que sejam eficientes, mas que também respeitem os direitos civis e minimizem o uso da força letal. A adoção de IMPOs pode ser vista como uma extensão desses princípios, buscando equilibrar a necessidade de controle e segurança com a preservação da vida.

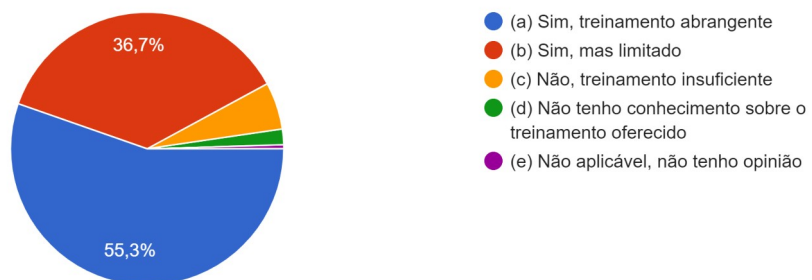
Bittner (2003) discute a natureza do trabalho policial, que frequentemente envolve a administração de situações onde o uso da força pode ser necessário. O autor argumenta que a autoridade policial está fundamentalmente ligada à capacidade de usar a força, mas enfatiza a necessidade de uma abordagem racional e controlada. A preferência indicada pelos policiais pelos IMPOs reflete essa concepção, sugerindo que há uma valorização de abordagens que permitem uma resposta proporcional às ameaças enfrentadas.

A discussão em torno dos IMPOs e da letalidade em situações operacionais é uma questão de ponderação entre a eficácia do controle policial e a ética do uso da força. Acredita-se que os IMPOs, ao oferecerem alternativas menos letais, permitem aos policiais uma maior gama de opções para lidar com situações diversas, alinhando a prática policial com os preceitos defendidos por Bayley (2002) e Bittner (2003) em relação à responsabilidade e ao impacto social do policiamento.

Portanto, os dados apresentados nesta pergunta reforçam a relevância de continuar a pesquisa e o desenvolvimento de IMPOs, bem como a necessidade de treinamento adequado para o uso efetivo desses instrumentos, visando a uma prática de segurança pública que seja ao mesmo tempo eficaz e humanizada.

4 - Na sua percepção, os policiais militares recebem treinamento adequado no uso de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo?

215 respostas



- 4.
- 5.
- 6.
- 7.

Fonte: O Autor (2024)
-----------------------

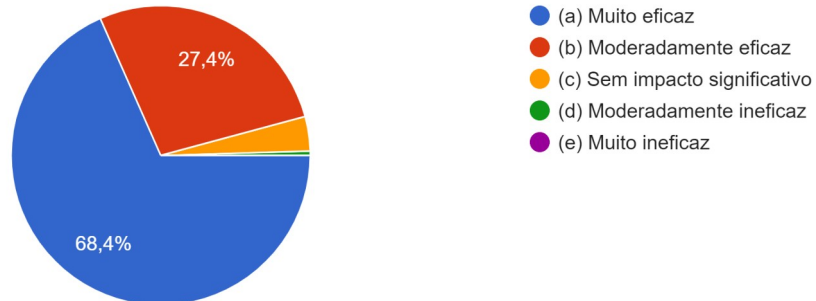
A quarta pergunta do questionário lida com a percepção dos policiais militares sobre a adequação do treinamento recebido no uso de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo (IMPO). A partir dos dados apresentados, observa-se que a maioria dos policiais, 55,3%, acredita receber treinamento adequado, enquanto 36,7% consideram o treinamento limitado. Isso indica que, embora a maioria sintam-se preparada para utilizar os IMPOs, existe uma porcentagem significativa que reconhece a necessidade de melhorias no treinamento.

Esta percepção é extremamente relevante para o tema do impacto dos IMPOs na redução da letalidade em confrontos policiais. A eficácia do uso de IMPOs está diretamente ligada não apenas à disponibilidade desses instrumentos, mas também à competência dos policiais em utilizá-los corretamente. Um treinamento adequado é crucial para assegurar que os policiais tenham não só a habilidade técnica, mas também a confiança para empregar os IMPOs em situações críticas, favorecendo decisões que evitem o escalonamento para força letal.

A quinta e última pergunta do questionário revela a avaliação direta dos policiais militares sobre a eficácia dos Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo (IMPO) na prática, focando especificamente na redução da letalidade em confrontos policiais. Com uma maioria substancial de 68,4% considerando os IMPOs como "muito eficazes" e outros 27,4% como "moderadamente eficazes", os resultados são indicativos de uma percepção positiva e corroboram a eficiência desses instrumentos conforme vivenciado pelos operadores no campo.

5 - Com base na sua experiência pessoal ou observação, em que medida você acredita que o uso de IMPO tem sido eficaz na prática, especialmente na redução da letalidade em confrontos policiais?

215 respostas



8.

9.

10.

Fonte: O Autor (2024)

Os dados coletados e as discussões subsequentes refletem um reconhecimento geral de que os IMPOs são ferramentas valiosas no arsenal da Polícia Militar de Goiás, contribuindo significativamente para a diminuição de resultados letais em operações policiais. Esta percepção alinha-se com os objetivos da pesquisa, que visava identificar as nuances e percepções dos policiais sobre a importância dos IMPOs na redução da letalidade.

Através das respostas dos policiais, percebe-se não apenas a aprovação do uso de IMPOs, mas também uma excelente compreensão e valorização dos princípios de um policiamento moderno e responsável, que equilibra a segurança pública com o respeito aos direitos fundamentais. Os dados sugerem que a Polícia Militar de Goiás tem conseguido integrar com sucesso os IMPOs em suas práticas operacionais, o que é um testemunho da qualidade do treinamento e da orientação estratégica da corporação.

Os objetivos da pesquisa foram claramente atingidos, evidenciando um perfil operacional que favorece o uso progressivo da força e a adoção de alternativas que minimizem o risco de danos graves ou letais. Isso não apenas melhora a imagem da instituição perante a comunidade, mas também contribui para a segurança dos próprios policiais e dos cidadãos. A conscientização e aplicação dos IMPOs demonstradas pelas respostas dos policiais são um sinal promissor de que a corporação está no caminho certo para alcançar um policiamento que é ao mesmo tempo efetivo e ético.

Refletindo sobre os resultados, é possível afirmar que a Polícia Militar de Goiás demonstra um comprometimento louvável com a implementação de práticas de segurança

pública que priorizam a vida e a integridade física, tanto de policiais quanto de cidadãos. A pesquisa revela uma clara percepção positiva dessas práticas, que se traduzem em um policiamento que respeita os direitos humanos e que está alinhado com as melhores práticas internacionais de uso da força.

11.

12.

### 13. 5 CONCLUSÃO

A pesquisa sobre o impacto dos Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo (IMPO) na redução da letalidade em confrontos policiais, realizada com policiais militares do estado de Goiás, trouxe à luz importantes ideias sobre a evolução das práticas de segurança pública. Através desta investigação, foi possível constatar uma percepção amplamente positiva sobre a eficácia desses instrumentos, refletindo uma notável evolução nas estratégias de contenção empregadas pelas forças policiais, que agora priorizam a humanização e a preservação da vida acima de tudo. A análise dos dados coletados confirmou a hipótese inicial de que a integração dos IMPOs nas operações policiais poderia não apenas aprimorar as abordagens durante confrontos, mas também minimizar significativamente os riscos e danos associados a tais intervenções.

Uma lição crucial que emerge deste estudo é a necessidade de incorporar os IMPOs de maneira central nas operações de segurança pública, assegurando que seu uso seja acompanhado por um treinamento adequado e políticas claras de engajamento. Isso implica em um compromisso contínuo com a capacitação dos policiais, garantindo que eles estejam não apenas familiarizados com essas ferramentas, mas também preparados para aplicá-las de forma eficaz e ética. Além disso, a pesquisa ressaltou a importância de desenvolver e manter políticas de engajamento bem definidas que direcionem o uso dos IMPOs, buscando um equilíbrio entre a segurança e a preservação dos direitos humanos.

A partir das conclusões alcançadas, torna-se evidente a necessidade de avaliações periódicas que permitam ajustes nas práticas e no treinamento com base em evidências concretas, bem como a importância do diálogo constante com a comunidade. Tal diálogo visa não apenas informar sobre as práticas de segurança pública, mas também fomentar uma compreensão mais ampla das implicações do uso dos IMPOs para a sociedade como um todo. Adicionalmente, o estudo sublinha a relevância de incentivar pesquisas futuras que possam expandir o conhecimento sobre o impacto dos IMPOs e outras estratégias para a redução da letalidade, promovendo assim a adoção de melhores práticas no campo da segurança pública.

Em suma, a adoção de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo pela Polícia Militar de Goiás representa um avanço significativo na direção de práticas de segurança pública mais éticas e humanizadas, que colocam a preservação da vida no centro de suas operações. Este estudo não somente atingiu seus objetivos, como também lançou bases sólidas para a continuação da pesquisa e a implementação de ações práticas visando a melhoria contínua das estratégias de segurança pública, tanto no estado de Goiás quanto em outros contextos.

O caminho da pesquisa envolveu uma abordagem metodológica que permitiu não apenas a coleta de dados quantitativos sobre a eficácia percebida dos IMPOs, mas também a obtenção de ideias qualitativas sobre as experiências e percepções dos policiais militares. Este método misto enriqueceu as conclusões do estudo, permitindo uma compreensão mais aprofundada do contexto operacional e das nuances relacionadas ao uso dos IMPOs. Além disso, a pesquisa destacou a importância do treinamento contínuo e da necessidade de políticas claras e eficazes de engajamento, apontando para uma direção onde a segurança pública pode evoluir em consonância com os direitos humanos e os princípios de uma força policial moderna e responsável.

A pesquisa também abriu caminho para futuros estudos, sugerindo a exploração de outras áreas relacionadas à segurança pública e ao uso da força. A necessidade de avaliações periódicas sobre a implementação e o impacto dos IMPOs foi ressaltada, indicando que a evolução das práticas de segurança pública deve ser um processo contínuo, guiado por evidências e feedback operacional. Além disso, enfatizou-se a importância de expandir o diálogo com a comunidade, visando não apenas melhorar a percepção pública sobre as ações policiais, mas também integrar as preocupações e expectativas da sociedade nas políticas de segurança pública.

Em resumo, o estudo atingiu e superou os objetivos propostos, fornecendo não apenas uma avaliação rigorosa do papel dos Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo na redução da letalidade em confrontos policiais, mas também oferecendo insights valiosos para a melhoria contínua das práticas de segurança pública. A pesquisa destacou o comprometimento dos policiais com métodos de trabalho que priorizam a vida e a segurança de todos os envolvidos, refletindo um movimento em direção a práticas mais éticas e responsáveis.

## REFERÊNCIAS

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional**. São Paulo: Edusp; 2002.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. 2.ed. Edusp: São Paulo, 2003.

GRECO, Luís. **Curso de Direito Penal: Parte Geral**. 2019. Editora Saraiva.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. 2021. Editora Saraiva.

COELHO, Inocêncio Mártires. **Direito Penal e Constituição**. 2018. Editora Juspodivm.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 2020. Editora Saraiva.

DALLARI, Dalmo. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 2017. Editora Saraiva.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. 2022. Editora Saraiva.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 2019. Editora Malheiros.

SANTOS, Jorge Amaral dos. **O uso de instrumentos de menor potencial ofensivo durante a atividade policial. Breves considerações sobre a lei federal nº 13.060/2014 e sua interpretação à luz de algumas rotinas policiais**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF, 27 fev. 2015, 04:45. Disponível em: [<https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/43441/o-uso-de-instrumentos-de-menor-potencial-ofensivo-durante-a-atividade-policial-breves-consideracoes-sobre-a-lei-federal-no-13-060-2014-e-sua-interpretacao-a-luz-de-algumas-rotinas-policiais>] (<https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/43441/o-uso-de-instrumentos-de-menor-potencial-ofensivo-durante-a-atividade-policial-breves-consideracoes-sobre-a-lei-federal-no-13-060-2014-e-sua-interpretacao-a-luz-de-algumas-rotinas-policiais>). Acesso em: 29 nov. 2023

SANDES, Wilquerson Felizardo. **Uso não-letal da força na ação policial: formação, tecnologia e intervenção governamental**. Revista Brasileira de Segurança Pública, 2021.

FAGUNDES, Diego Vinícios Araújo. **Uso legal e progressivo da força na atividade policial**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 22, n. 4950, 19 jan. 2017. Disponível em: [<https://jus.com.br/artigos/55134>](<https://jus.com.br/artigos/55134>). Acesso em: 29 nov. 2023

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASILINO, Cleiber Levy Gonçalves; DE MELO, Dosautomista Honorato. **DEVER DO ESTADO EM FORNECER INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO AOS INTEGRANTES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS COM**

**O ADVENTO DA LEI 13.060/14.** Aturá-Revista Pan-Amazônica de Comunicação, v. 2, n. 3, p. 145-162, 2018.

#### 14.

### 15. APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título da Pesquisa: " IMPACTO DOS INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO NA REDUÇÃO DA LETALIDADE EM CONFRONTOS POLICIAIS "

Eu, reconheço que fui convidado(a) a participar da pesquisa intitulada " IMPACTO DOS INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO NA REDUÇÃO DA LETALIDADE EM CONFRONTOS POLICIAIS ", conduzida pelo especialista em segurança pública. Antes de decidir participar, eu li e compreendi as informações fornecidas neste Termo de Consentimento.

\*

1. Objetivo da Pesquisa: Avaliar o impacto do uso de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo pela Polícia Militar do Estado de Goiás na redução da letalidade em operações policiais.

Examinar a percepção e experiência dos policiais militares quanto à eficácia e segurança dos IMPO's constitui um aspecto vital do estudo. Isso envolve avaliar como os policiais percebem esses equipamentos em termos de sua funcionalidade e confiabilidade em situações reais de confronto. Além disso, é crucial analisar o impacto do treinamento em IMPO na eficiência e capacidade de tomada de decisão dos policiais durante as operações. Esta avaliação ajudará a entender se o treinamento adequado em IMPO pode influenciar positivamente a performance operacional dos policiais, levando a uma menor incidência de uso de força letal.

2. Procedimentos: Serei solicitado(a) a responder a um questionário contendo perguntas fechadas sobre a temática da pesquisa. O tempo estimado para conclusão é 5 minutos.

3. Confidencialidade: Minhas respostas serão mantidas em sigilo, e nenhuma informação que possa me identificar individualmente será divulgada. As informações coletadas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos e de pesquisa.

4. Voluntariedade: Minha participação é voluntária, e tenho o direito de retirar meu consentimento a qualquer momento, sem sofrer qualquer penalidade ou consequência. Posso optar por não responder a qualquer pergunta que considerar desconfortável.

5. Uso dos Resultados: Entendo que os resultados da pesquisa podem ser publicados, mas permanecerão anônimos e não identificarão minha pessoa.

6. Consentimento: Ao concordar, expresse minha compreensão sobre os termos desta pesquisa e concordo voluntariamente em participar.

SIM, Concordo em participar da pesquisa.

NÃO, Não concordo em participar da pesquisa.

## ANEXO A – FORMULÁRIO DE PESQUISA

1 - Você está familiarizado com os Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo (IMPO) utilizados pela Polícia Militar do Estado de Goiás? Caso sim, por favor, liste os que você conhece.

\*

- (a) Sim, estou familiarizado e posso listar
- (b) Sim, estou familiarizado, mas não consigo listar
- (c) Conhecimento limitado
- (d) Não tenho conhecimento
- (e) Não tenho certeza

2 - Na sua opinião, como o uso de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo influencia na redução da letalidade em confrontos policiais?

\*

- (a) Significativamente reduz a letalidade
- (b) Reduz moderadamente a letalidade
- (c) Sem impacto significativo
- (d) Aumenta moderadamente a letalidade
- (e) Aumenta significativamente a letalidade

3 - Em situações operacionais, qual dos seguintes você acredita que tem maior probabilidade de resultar em redução da letalidade?

\*

- (a) Uso de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo (IMPO)
- (b) Uso de armamentos convencionais
- (c) Ambos têm probabilidade semelhante
- (d) Não tenho opinião formada
- (e) Não sei/depende do contexto

4 - Na sua percepção, os policiais militares recebem treinamento adequado no uso de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo?

\*

- (a) Sim, treinamento abrangente
- (b) Sim, mas limitado
- (c) Não, treinamento insuficiente
- (d) Não tenho conhecimento sobre o treinamento oferecido
- (e) Não aplicável, não tenho opinião

5 - Com base na sua experiência pessoal ou observação, em que medida você acredita que o uso de IMPO tem sido eficaz na prática, especialmente na redução da letalidade em confrontos policiais?

\*

- (a) Muito eficaz
- (b) Moderadamente eficaz
- (c) Sem impacto significativo

- (d) Moderadamente ineficaz
- (e) Muito ineficaz